



REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 12 de dezembro de 2024

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 12/12/2024

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Pacote de Corte de Gastos Sociais (apesar dos recordes de arrecadação tributária) e elevação da taxa básica de juros SELIC pelo Banco Central.
- Análise dos impactos no crescimento da dívida pública e na supressão de direitos sociais, em especial do funcionalismo público, duramente atingido pelo recente julgamento do STF acerca do fim do Regime Jurídico Único (RJU).

2 - CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Informes sobre a visibilidade que a Campanha vem dando às diversas lutas que acontecem no país conforme posts publicados diariamente nas redes sociais da ACD:
<https://www.instagram.com/auditoriacidadabr/>
- Ações para apoiadores da campanha: Informar sobre as lutas que estão travando e difundir as diversas publicações constantes da página desenvolvida para a campanha
<https://auditoriadata.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>
- Financiamento da Campanha.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 12/12/2024

3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Informes e coleta de sugestões para os próximos passos.

4 - CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL

- Informes e debate sobre estratégias para dar visibilidade nacional à campanha “PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA”, conforme aprovado em reuniões anteriores.

- Ações para apoiadores da campanha: Visitar o site da Campanha “A conta está paga”, lançada desde 2022 e relançada recentemente na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul <https://youtu.be/ssLdQJb1ESs> e apoiar em sua divulgação.

5 - NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Os textos das 16 aulas estão praticamente prontos e as gravações estão programadas para o início de 2025. Registramos o agradecimento pela sinalização de apoio financeiro do Sindipetro LP para custear a gravação, que posteriormente terá direito a 15 vagas para seus dirigentes. Reforçamos o pedido de apoio para viabilizar demais custos do curso.

- Deliberação sobre proposta de valor de contribuição a ser solicitada, mantendo as condições já praticadas para estudantes e casos especiais.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 12/12/2024

6 - NÚCLEOS DA ACD

- Informações sobre as diversas iniciativas, por exemplo: Frente Parlamentar em São Paulo; Núcleo de Estudos para a Promoção da Auditoria da Dívida (NEPAD) em Minas Gerais.

7 - PRIVATIZAÇÃO DO IBGE

- Participação especial de voluntários da ACD sobre a criação do IBGE+ e suas consequências.

8 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>.

PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA 2024



O discurso pode ser acessado em:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/fattorelli-discursa-ao-receber-o-premio-transparencia-e-fiscalizacao-publica-assista-na-integra/>

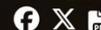


MARIA LÚCIA FATTORELLI | Coord. Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
Entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2024

10/12/24 PLENÁRIO | SESSÃO SOLENE

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

PACOTE DE CORTES ENVIADO PELO GOVERNO FEDERAL AO CONGRESSO NACIONAL PEC 45/2024, PLP 210/2024 e PL 4614/2024



Arcabouço Fiscal é um ataque direto à classe trabalhadora e um marco negativo na trajetória de Lula. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli

Auditora crítica o arcabouço fiscal proposto pelo governo e pontua que é preciso enfrentar a dívida pública

ENTREVISTA ao IHU: *Arcabouço Fiscal é um ataque direto à classe trabalhadora e um marco negativo na trajetória de Lula*

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/647011-arcabouco-fiscal-e-um-ataque-direto-a-classe-trabalhadora-e-um-marco-negativo-na-trajetoria-de-lula-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>

ESTIMATIVA DO IMPACTO DOS CORTES

TABELA DIVULGADA PELO PRÓPRIO GOVERNO

SOMA: Elaboração nossa

ESTIMATIVA PRELIMINAR DE IMPACTO – EM BILHÕES DE REAIS

Medida	2025	2026	2027	2028	2029	2030
PEC	11,1	13,4	16,9	20,7	24,3	28,4
Abono salarial	0,1	0,6	2,0	3,7	5,0	6,7
Fundeb (Tempo Integral)	4,8	5,5	6,5	7,5	8,5	9,5
DRU	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
Subsídios e subvenções	1,8	1,9	2,1	2,2	2,3	2,5
FCDF	0,8	1,5	2,2	3,0	3,8	4,7
PL	11,7	19,2	24,0	30,1	37,3	44,5
Salário mínimo	2,2	9,7	14,5	20,6	27,8	35,0
Bolsa Família	2,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
BPC	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Aldir Blanc	2,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Biometria	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Militares	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Outras	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Provimentos e criação de cargos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Subtotal sem emendas	23,9	33,5	41,9	51,9	62,6	73,9
Emendas	6,7	7,7	7,3	5,6	6,0	6,0
Total	30,6	41,3	49,2	57,5	68,6	79,9

SOMA

= R\$ 18,1

= R\$ 42,3

= R\$ 25,6

= R\$ 12,8

= R\$ 16,0

= R\$ 109,8

= R\$ 17,0

= R\$ 12,0

= R\$ 7,0

= R\$ 15,0

= R\$ 6,0

= R\$ 6,0

= R\$ 39,3

= R\$ 327,1 bi

PACOTE DE CORTES ATACA SALÁRIO MÍNIMO, BPC, EDUCAÇÃO E OUTRAS ÁREAS PARA ATENDER OS RENTISTAS DA DÍVIDA PÚBLICA

- O pacote reafirma o compromisso inarredável com o Arcabouço Fiscal, cujo objetivo é ***“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”***
- Limita investimentos sociais às regras do arcabouço: crescimento real máximo entre 0,6% e 2,5% desde que cumpridas as demais exigências do arcabouço;
- Mantém a lógica do questionável “Superávit Primário”;
- Coloca as áreas sociais para disputar recursos entre si, abaixo do teto;
- Prorroga até 2032 a DRU direcionando R\$ 25,6 bilhões para o pagamento da dívida pública, reduzindo investimentos sociais nos próximos 6 anos;
- Bolsa-Família: Será fixado índice máximo de famílias formadas por 1 só pessoa
- Redução do Fundo Constitucional do DF, que é destinado a Saúde, Educação e Segurança

PACOTE DE CORTES ATACA SALÁRIO MÍNIMO, BPC, EDUCAÇÃO E OUTRAS ÁREAS PARA ATENDER OS RENTISTAS DA DÍVIDA PÚBLICA

- **REDUZ O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO:** Nos próximos 6 anos (2025 e 2030), o aumento real anual do salário mínimo ficará entre 0,6% e 2,5% reais, o que representa R\$ 110 bilhões tirados dos mais pobres. Caso essa regra estivesse em vigor à época do Plano Real em 1994, o salário mínimo em janeiro/2024 seria de R\$ 1.095 e não R\$ 1.412.
- **Dificulta o acesso ao Benefício de Prestação Continuada(BPC),** alterando cálculo de limite de renda para acesso; renda familiar irá considerar inclusive outros benefícios recebidos por familiares, ainda que não residam no mesmo local; institui cadastro biométrico.
- **Elimina direito ao ABONO SALARIAL de quem ganha entre 1,5 e 2 salários mínimos:** a redução será gradual

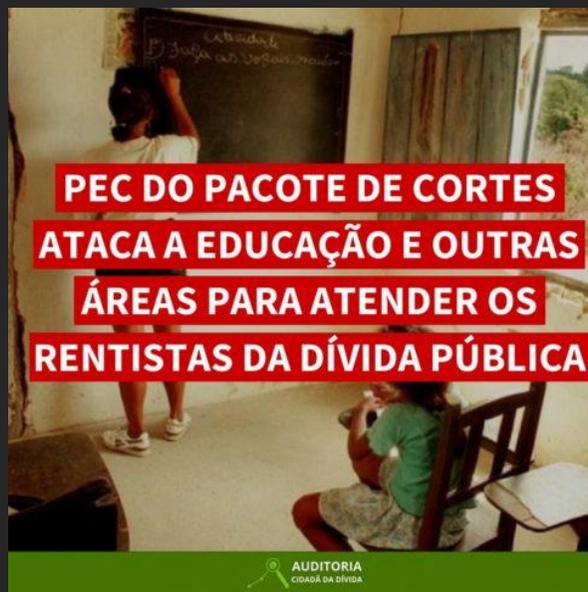
**A propagandeada isenção de IR para quem
ganha até R\$ 5 mil
NÃO CONSTA DO PACOTE ENVIADO
PELO GOVERNO AO CONGRESSO**

A medida depende de aprovação da reforma do imposto de renda, ou seja, essa medida teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional e condicionada ao aumento de tributação das pessoas que recebem acima de R\$ 50 mil mensais, para que haja compensação da perda de receita com a possível isenção de quem ganha até R\$ 5 mil, estimada em R\$ 40 bilhões por ano.

ACD analisou as medidas e mostrou como o Pacote coloca as áreas sociais para disputar recursos entre si para que sobre mais dinheiro para o Sistema da Dívida



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pacote-de-cortes-de-direitos-sociais-grave-ataque-ao-funcionalismo-publico/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pec-do-pacote-de-cortes-ataca-a-educacao-e-outras-areas-para-atender-os-rentistas-da-divida-publica/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/projeto-de-lei-do-pacote-de-cortes-ataca-salario-minimo-e-beneficios-sociais/>

ANÁLISES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA SOBRE O PACOTE DE CORTES REPERCUTEM ENTRE ENTIDADES BRASILEIRAS



SINTRAFESC

SINTRAFESC ▾ QUEM SOMOS ▾ NOTÍCIAS JURÍDICO ▾ SINDICALIZE-SE CONTATO

NOTÍCIAS

O serviço público precisa de investimento e servidores valorizados'

Para assegurar os avanços que o setor público precisa é fundamental combater mecanismos que imponham qualquer restrição aos investimentos que são e serão necessários nos próximos anos

BY SINTRAFESC · 03.DEZ



PACOTE FISCAL DO GOVERNO PODE LIMITAR REAJUSTE PARA OS SERVIDORES

Foto: José Cruz/Agência Brasil



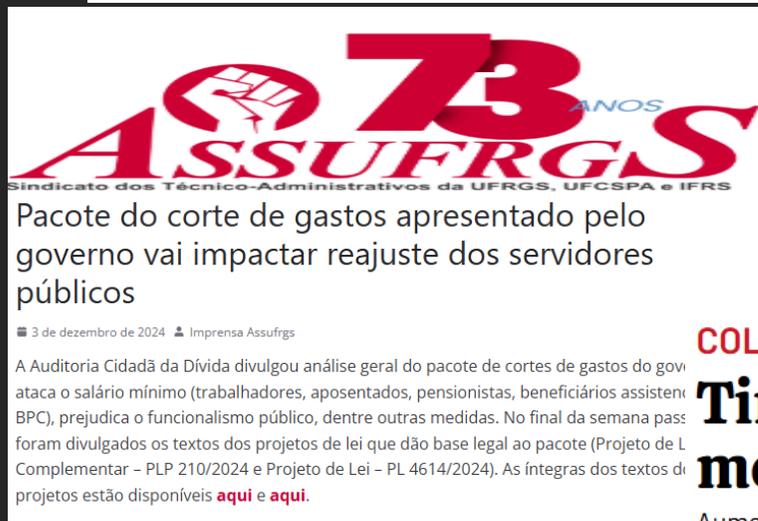
CONDSEF
Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

INSTITUCIONAL ▾ ENTIDADES FILIADAS ▾ DEPARTAMENTOS ▾ EMPRESAS PÚBLICAS ▾ ASSESSORIAS ▾ NOTÍCIAS ▾ CANCELAR A REFORMA ▾

Home > Notícias > O serviço público precisa de investimento e servidores valorizados



O serviço público precisa de investimento e servidores valorizados



ASSUFRGS
73 ANOS
Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

Pacote do corte de gastos apresentado pelo governo vai impactar reajuste dos servidores públicos

3 de dezembro de 2024 · Imprensa Assufrgs

A Auditoria Cidadã da Dívida divulgou análise geral do pacote de cortes de gastos do governo que ataca o salário mínimo (trabalhadores, aposentados, pensionistas, beneficiários assistenciais BPC), prejudica o funcionalismo público, dentre outras medidas. No final da semana passada foram divulgados os textos dos projetos de lei que dão base legal ao pacote (Projeto de Lei Complementar - PLP 210/2024 e Projeto de Lei - PL 4614/2024). As íntegras dos textos dos projetos estão disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).



Home ▾ Convênios Filie-Se Jurídico Atendimento Contato SindsprevTV

AÇÕES JUDICIAIS CULTURA ECONOMIA

Pacote do governo Lula ataca salário mínimo, BPC e Bolsa Família, ou seja, os mais pobres

Olyntho Contente 04/12/2024

COLUNA

Tirar do povo não resolverá nada: deve-se mexer na dívida pública

Aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic representa, em um ano, custo anual extra de R\$55 bilhões com a dívida pública

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

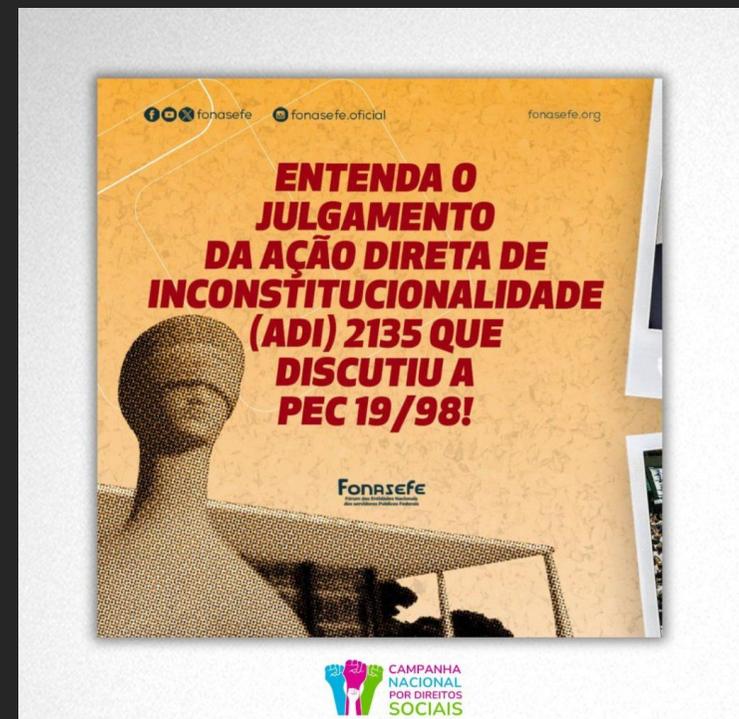
- Cortes de gastos sociais confirma o privilégio do Sistema da Dívida em detrimento dos direitos sociais;
- Banco Central enterrando a economia brasileira ao elevar a taxa de juros a **12,25%** ao ano;
- Perspectiva de reajustes salariais, estruturação de carreiras, investimentos no serviço público cada vez mais distantes;
- Fim do Regime Jurídico Único (RJU) para o serviço público após decisão do STF;
- Aprovação do PROPAG na Câmara dos Deputados eternizando a dívida dos Estados;
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos).
- **É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA**

STF: FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

- O STF validou o fim do Regime Jurídico Único obrigatório para servidores, uma decisão que altera profundamente o modelo de contratação no setor público. Com isso, os governos poderão contratar servidores sob regimes alternativos, incluindo a CLT, ou até por meio de processos simplificados.



<https://auditoriacidada.org.br/nucleo/coordenador-do-nucleo-da-acd-no-rj-regime-juridico-unico-estatutario-em-xeque/>



<https://auditoriacidada.org.br/contendo/entenda-o-julgamento-da-acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2135-que-discutiu-a-pec-19-98/>

STF: FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

- O fim do RJU é resultante de grave FRAUDE no processo legislativo, durante a votação na Câmara da PEC 173/1995, convertida na EC 19/1998.

(Ver artigo de Luiz Alberto dos Santos, disponível em

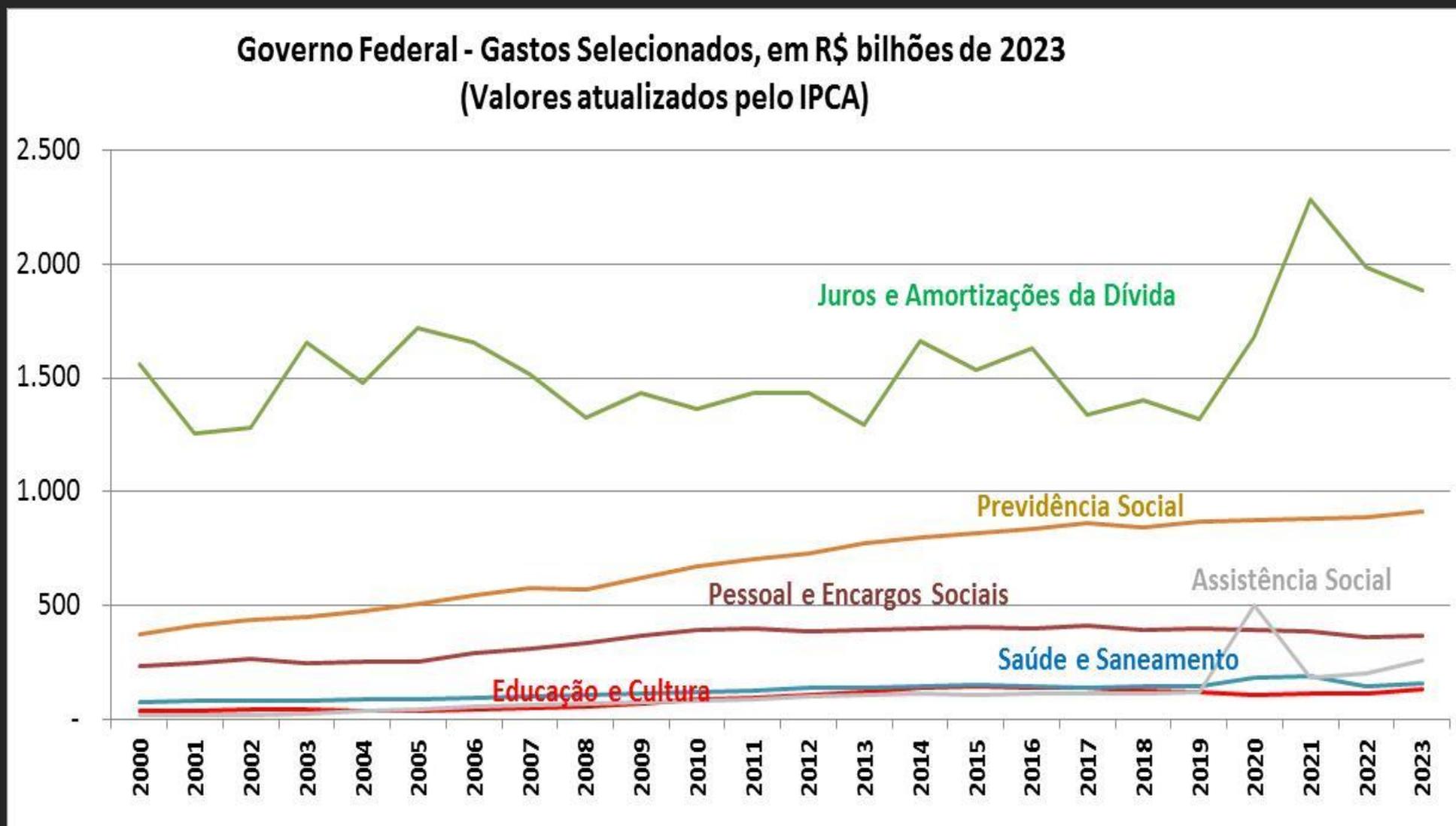
<https://politicapublica.wordpress.com/2024/11/08/o-julgamento-da-adi-2135-e-o-fim-do-regime-juridico-unico-o-stf-errou/>)

- A fraude havia sido sustada por liminar no âmbito da ADI 2135/1999.
- Em 6/11/2024, o STF rejeitou a ADI, por 8 votos a 3
- Votaram contra o funcionalismo público: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Dias Toffoli (Ministros indicados por Lula), Roberto Barroso (indicado por Dilma), Nunes Marques, André Mendonça (indicados por Bolsonaro), Alexandre de Moraes (Michel Temer), Gilmar Mendes (FHC)
- 3 ministros indicados por Lula decidiram o resultado final

STF: FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

- Decisão do STF sobre flexibilização de contratação de servidores prejudica o serviço público
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/entenda-o-julgamento-da-acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2135-que-discutiu-a-pec-19-98>
- Os ataques ao RJU e a Reforma Administrativa como ameaça aos direitos sociais
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/live-da-cspconlutas-os-ataques-ao-rju-e-a-reforma-administrativa-como-ameaca-aos-direitos-sociais/>
- A ADI 2135 e o fim do regime jurídico único: o STF errou
<https://www.condsef.org.br/noticias/a-adi-2135-fim-regime-juridico-unico-stf-errou>

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

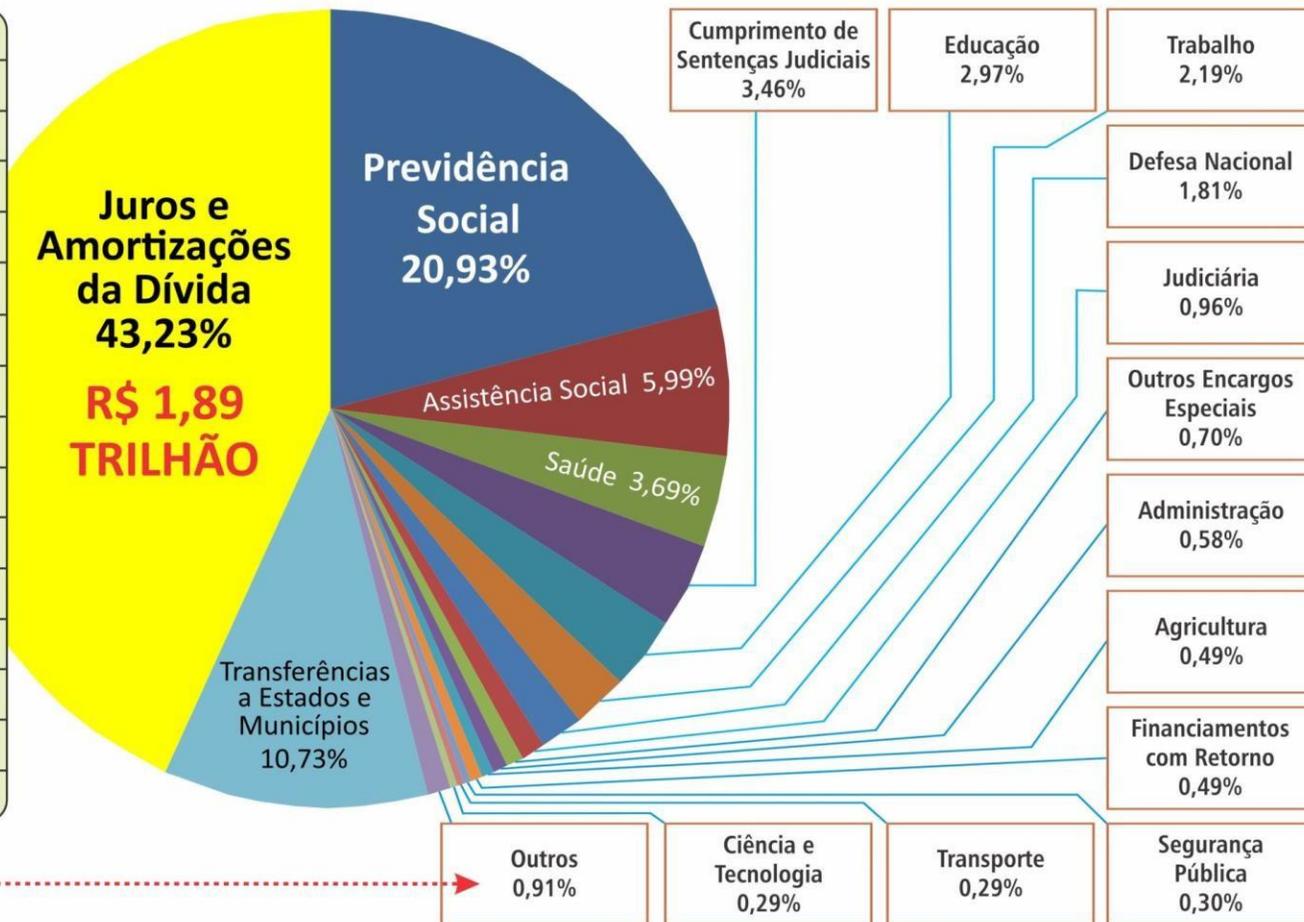


Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

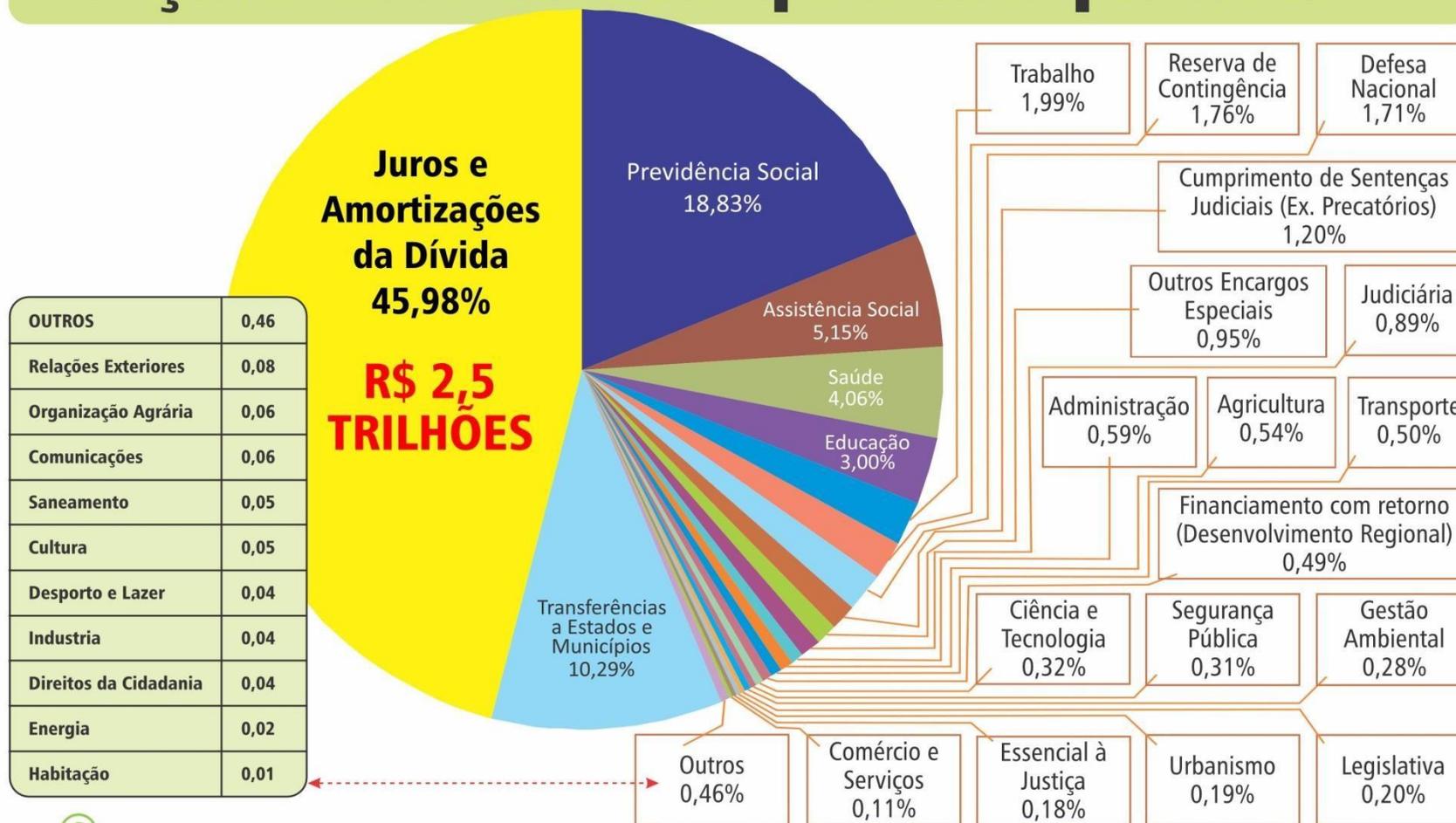
Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



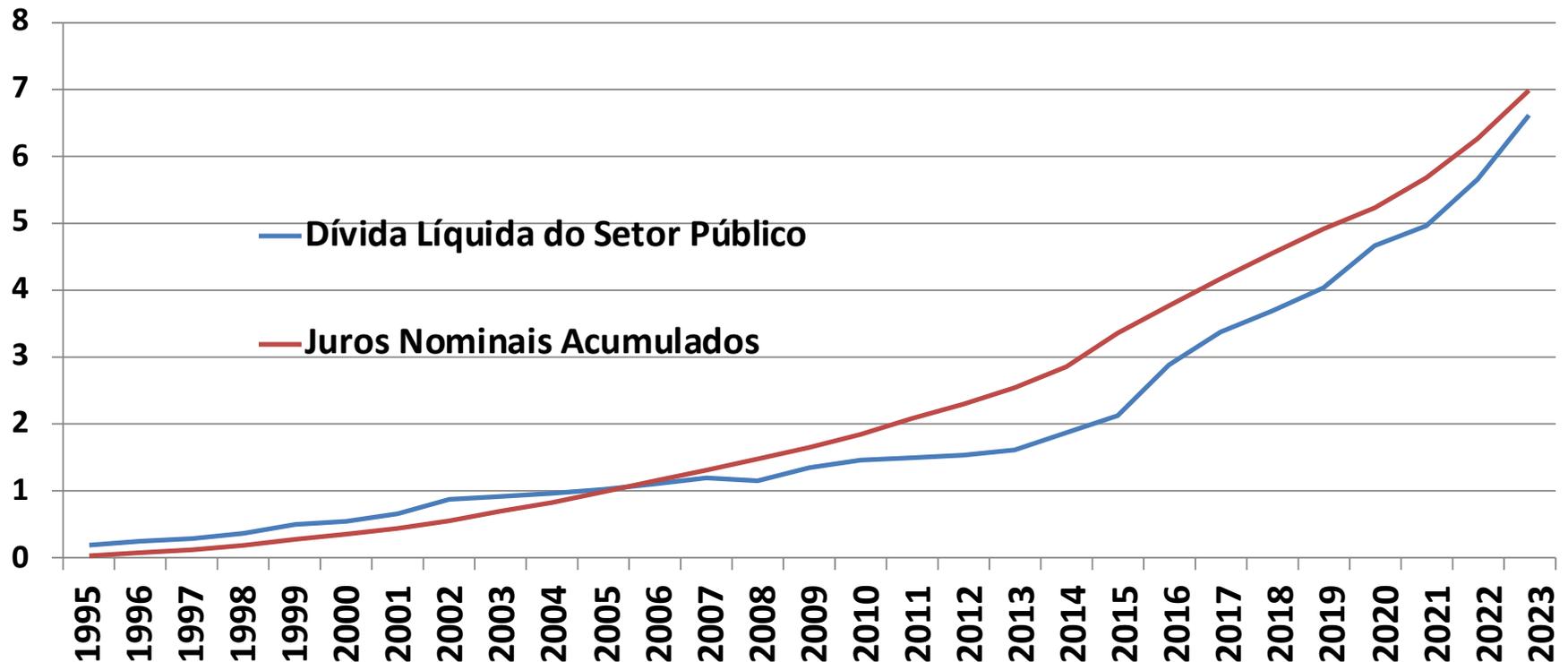
ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic: 12,25 % a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-9,8	-0,09	10,4	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-54,7	-0,48	-49,9	-0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-17,8	-0,16	-17,6	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

R\$ 55 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

Fonte https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202410_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido:

Alemanha 0,52% a.a. EUA 1,23% a.a. Japão -1,64% a.a.

BRASIL (taxa básica real): **8,08% a.a.**

Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/11/rankingdejurosreais051124.pdf>

PEC 65/2023

Banco Central quer ser **EMPRESA** regida pelo Direito Privado

Art. 1º da PEC (Parecer do Relator, de 12/6/2024):

“O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública que exerce atividade estatal e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.”

- Uma “empresa” com poder de decidir sobre a nossa **moeda**, administrar as nossas **Reservas Internacionais** (construídas à custa de dívida pública), definir **juros** e toda a **política monetária** do país?
- Uma “empresa” irá supervisionar os bancos???
- Essa “empresa” continuará recebendo mais de R\$ 2,3 trilhões em títulos públicos federais, de graça, e ainda por cima, juros sobre esses títulos que ganha de bandeja?
- Os prejuízos dessa “empresa” continuarão a ser repassados para o Tesouro Nacional?

O Tesouro Nacional tem sustentado o Banco Central, conforme já publicamos (<https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>) .

Isso vai continuar?

PERPETUAÇÃO DO MESMO MODELO ECONÔMICO

#ÉhoradeViraroJogo

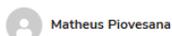
- Priorização do cumprimento de metas fiscais com anúncio de corte de gastos sociais que deverão somar R\$ 327,1 bilhões até 2030 para cumprir o teto de gastos sociais e alimentar o Sistema da Dívida <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/fattorelli-debate-pacote-fiscal-e-o-futuro-do-brasil-hoje-no-portal-do-jose/>
- Apesar dos sucessivos recordes mensais de arrecadação federal (de janeiro a outubro deste ano cresceu 9,77% em termos reais) e do estoque de quase R\$ 5 trilhões de reais em caixa, seguem as restrições ao atendimento das justas reivindicações de servidores, aprofundando-se o desmonte do Estado <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/live-da-cspconlutas-os-ataques-ao-rju-e-a-reforma-administrativa-como-ameaca-aos-direitos-sociais/>
- Banco Central acelera aumento de juros (Selic já está em 12,25% ao ano), e aprofunda o dano às contas públicas, agravando o pagamento dos juros abusivos. Risco de transformação do Banco Central em empresa com a PEC 65/2023.

ABUNDÂNCIA



Lucro dos três maiores bancos privados sobe 19,4% no 3º trimestre e chega a R\$ 19,6 bi

Para os próximos meses, as estratégias entre os três bancos variam diante de um cenário que se desenha incerto para o crédito



5 nov 2024 - 18h17

Compartilhar

Exibir comentários

Ouvir texto 0:00

O lucro combinado dos três maiores bancos privados do Brasil subiu 19,4% entre o

terceiro trimestre de 2024, chegando a R\$ 19,6 bilhões, de acordo com o balanço divulgado pelos bancos.

BB tem lucro líquido ajustado de R\$ 28,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2024

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido foi de 21,5%

O Banco do Brasil apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 28,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2024, crescendo 8,4% na comparação com o mesmo período de 2023, o que representa um RSPL (retorno sobre o patrimônio líquido) de 21,5%. No trimestre, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 9,5 bilhões, 8,3% acima do terceiro trimestre de 2023. O Índice de Capital Principal do BB encerrou o mês de setembro em 11,77%.

A performance nos nove primeiros meses foi influenciada, principalmente, pelos crescimentos da margem financeira bruta (+13,9%), das receitas de prestação de serviços (+4,8%) e dos negócios do conglomerado, pelo controle das despesas (+4,9%) e pela elevação das despesas de PCLD ampliada (+28,7%).

Carteira de Crédito Ampliada

A carteira de crédito ampliada, que inclui títulos e valores mobiliários privados e garantias, registrou saldo de R\$ 1,2 trilhão em setembro de 2024, com evolução de 13,0% na comparação dos últimos 12 meses e 1,9% na comparação com junho de 2024. O indicador de inadimplência acima de 90 dias ficou em 3,33%.

Carteira Ampliada Pessoa Física

Incremento de 2,3% no trimestre e 7,9% no último ano, alcançando R\$ 328,3 bilhões, com

ESCASSEZ



Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

Geral 20:36 | 12 de novembro de 2024

A Fasubra Sindical e representantes de diversas categorias de servidores públicos criticaram nesta terça-feira (12), em audiência pública na Câmara dos Deputados, a maneira como o governo federal vem conduzindo as mesas de negociações sobre reajustes salariais e reestruturação de carreiras. Durante o debate promovido pela Comissão de Administração e Serviço Público, eles sugeriram a definição de regras claras sobre negociações coletivas na administração pública e a regulamentação do direito de greve.

Segundo os representantes de sindicatos e associações de servidores, o governo Lula acertou ao abrir as mesas de negociação após um período de "desmonte" e "sem reajustes", mas acabou frustrando grande parte do funcionalismo ao longo do processo.

A Coordenadora de Administração e Finanças da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, Márcia Abreu destacou que a greve de 113 dias realizada neste ano refletiu a insatisfação dos servidores com um plano de cargos e salários de mais de 20 anos. Ela informou que o acordo firmado com a categoria prevê um reajuste de 9% para janeiro de 2025 e de 5% em abril de 2026, mas deixou claro a frustração dos servidores com 0% de reajuste em 2024.

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

Eles também reivindicaram regras claras sobre negociações coletivas e a regulamentação do direito de greve

12/11/2024 - 16:47

NÃO FALTA DINHEIRO NO BRASIL

**Temos imensas riquezas sob todos os aspectos e
TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS
ANOS**

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa:

- **R\$ 1,44 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 31/10/2024)
- **R\$ 1,75 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 31/10/2024)
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 2,20 TRILHÕES** em Reservas Internacionais (em 10/12/2024)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202411_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

EC 95/2016 e LC 200/2023 ("ARCABOUÇO FISCAL")



- Manteve o teto de gastos sociais para *“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”*
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

Apenas 1 ano de BOLSA-BANQUEIRO seria suficiente para reparar, por igual período, todas as perdas acumuladas pelo funcionalismo público federal desde 2010, estimadas em R\$ 158 bilhões.

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/divida-publica-ausencia-de-contrapartida-em-investimentos-privilegios-de-recursos-e-impedimento-aos-direitos-sociais-por-maria-lucia-fattorelli/>

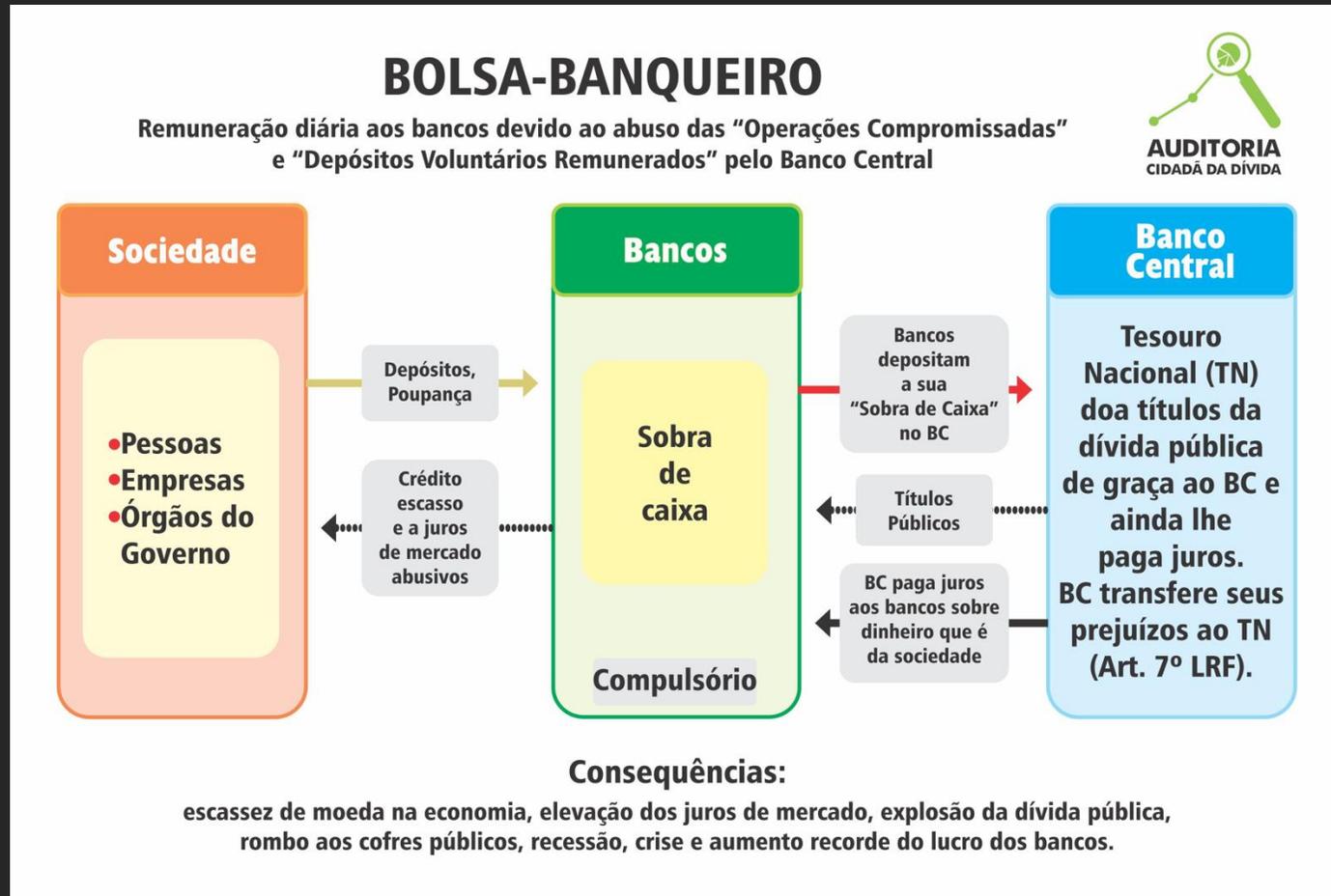


Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidadada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Apesar dos recordes na arrecadação, os direitos dos servidores públicos continuam sendo negligenciados. Em outubro/2024, recorde histórico de arrecadação, mas governo anuncia mais um corte de R\$ 6 bilhões em 2024.

**RECEITA CRESCE 9% EM TERMOS
REAIS, MAS INVESTIMENTOS
SOCIAIS SÓ PODEM CRESCER
2,5% AO ANO**





<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/governo-tem-recorde-de-arrecadacao-e-aprofunda-cortes-de-gastos-sociais/>

Sindicalistas fazem ato conjunto por abertura de negociações com MGI



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/sindicalistas-fazem-ato-conjunto-por-abertura-de-negociacoes-com-mgi/>

Centralidade do Sistema da Dívida e a **NECESSIDADE DE AUDITORIA**

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, principalmente a a “Bolsa Banqueiro” e as altíssimas taxas de juros.
- Banco Central vem elevando a SELIC sem justificativa
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

A Dívida Pública RETIRA recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,51 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,38 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública RETIROU
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=5H06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem SUBTRAÍDO recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

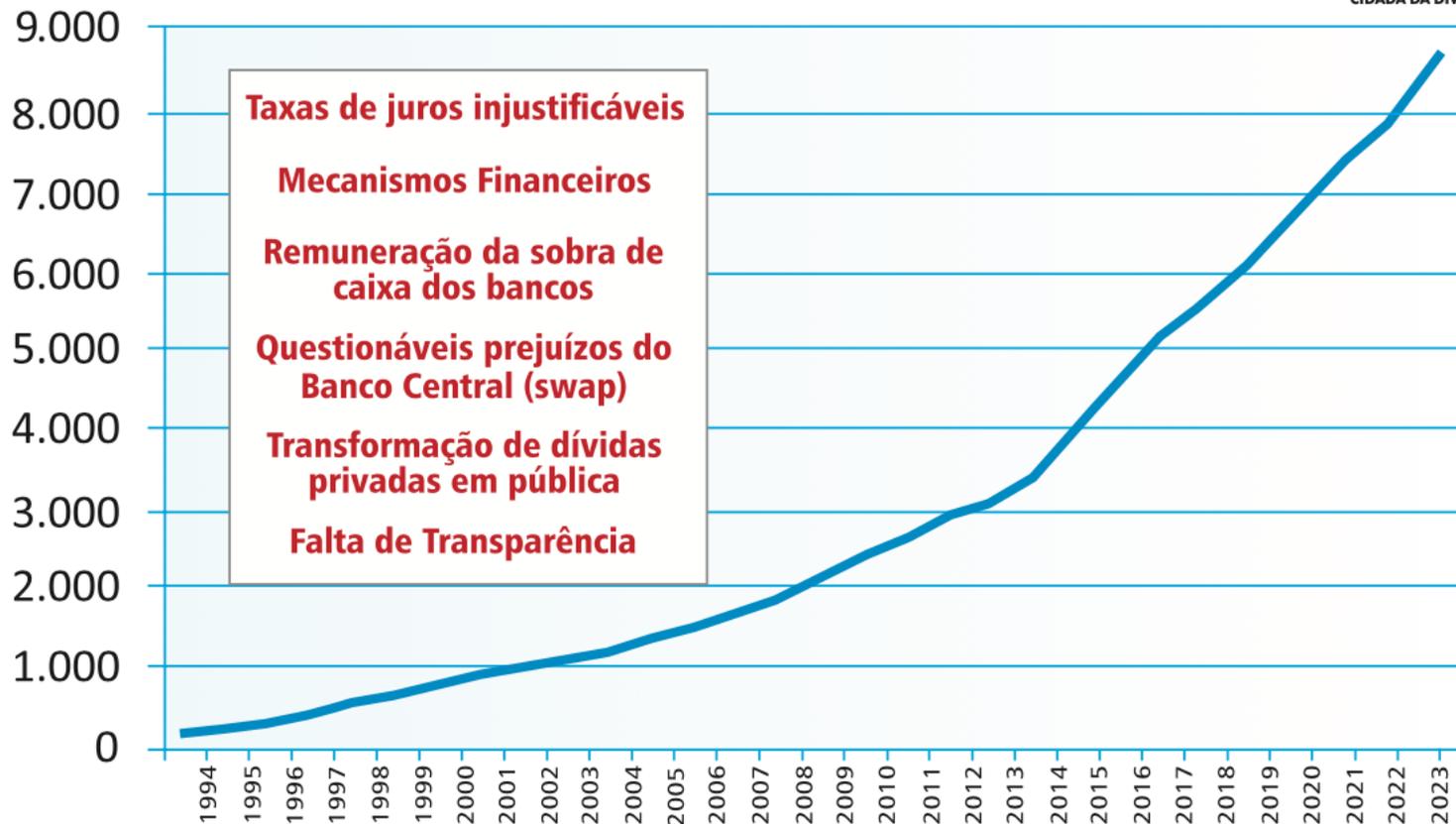
Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

A dívida explode por causa dos mecanismos financeiros e juros. DE QUE ADIANTA CORTAR INVESTIMENTOS SOCIAIS?

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Pagar os juros da própria dívida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 418,594 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2023: R\$ 734,380 BILHÕES
(quase seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

2- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

A Campanha por Direitos Sociais é fundamental para unificar as lutas



ONCB
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE CEGOS DO BRASIL

Convida a todos

VOTE
CONTRA
O PL 4614/2024



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/organizacao-nacional-dos-cegos-convoca-voce-contr-o-projeto-de-lei-que-limita-o-bpc/>



CSP
Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

CALABOUÇO FISCAL

Organizações divulgam nota de repúdio ao PL 4.614, que ataca o BPC e integra ajuste fiscal do governo Lula



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/organizacoes-se-unem-contr-o-projeto-que-propoe-mudancas-drasticas-no-bpc/>

Perdas salariais impulsionam intensa mobilização do funcionalismo

CAMPAÑA SALARIAL 20 Por nenhum direito a menos, **VAMOS A LUTA!**
dos bancários e das bancárias! 24

BANCÁRIOS COBRAM PROPOSTA DIGNA DA FENABAN EM SP



! Saiba mais em nosso site bancariosma.org.br

f bancariosmarabao @secdma_oficial @secdma bancariosma secdma secdma



22 DE AGOSTO
Um dia sem AGU!

A Carreira aderiu à proposta do SINPROFAZ e vai PARAR durante toda a quinta-feira (22)

Suspenda as atividades de rotina, apoie a causa e fortaleça a luta conjunta dos Membros da AGU!



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mobilizacoes-de-bancarios-em-variados-estados-cobram-governo-e-fenaban/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agu-adere-a-mobilizacao-anuncia-que-para-nesta-quinta/>

Campanha Nacional por Direitos Sociais

- A campanha segue com a divulgação de 2 posts diários, conforme combinado.

Professores enfrentam PL 186/24 e repressão policial no Rio de Janeiro



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

**Interdição do aterro na Serra do Curral:
Uma vitória pela preservação do Meio
Ambiente e do patrimônio histórico!**



Massacre em Dourados: Guarani
Kaiowá e Terena são alvos de violência
brutal durante protesto por água



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

**Vigília na Câmara Municipal do
Rio barra votação do PL 186**



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

- Acesse a página da Campanha: <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

Campanha Nacional por Direitos Sociais

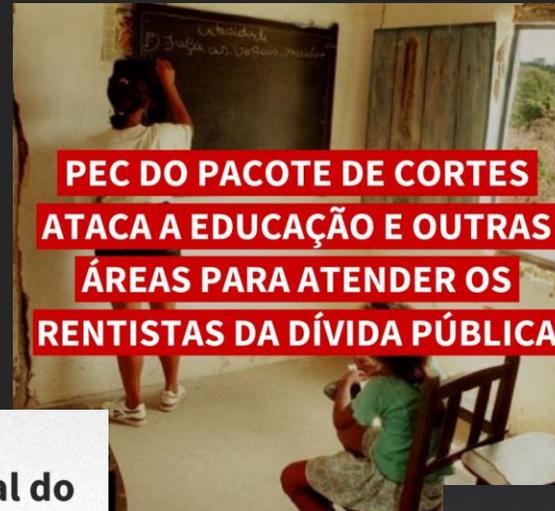
➤ <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



Luta em defesa da **Função Social da Terra** ganha apoio da ACD e da Campanha Nacional por Direitos Sociais



Vigília na Câmara Municipal do Rio Barra votação do PL 186



PEC DO PACOTE DE CORTES ATACA A EDUCAÇÃO E OUTRAS ÁREAS PARA ATENDER OS RENTISTAS DA DÍVIDA PÚBLICA



TEXTO DO PROJETO DE LEI DO PACOTE ATACA O SALÁRIO MÍNIMO E BENEFÍCIOS SOCIAIS



CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Financiamento da Campanha
- Retomar a organização dos grupos de trabalho, conforme eixos temáticos definidos durante a 1ª Plenária Nacional realizada em 23 e 24 de março/2024. Encaminhamentos: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ENCAMINHAMENTOS-1a-Plenaria-Nacional-da-Campanha-Nacional-por-Direitos-Sociais-24.03.2024-1.pdf>
- Coordenação Nacional:
ANDES/SN, SINDIRECEITA, CSP/Conlutas, Auditoria Cidadã da Dívida, FENASPS, Rede Irerê de Proteção à Ciência, FENAPRF, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU)

**3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE
O LIMITE DOS JUROS E A
AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA
PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO
POPULAR**

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Informes e coleta de sugestões para os próximos passos, considerando a licença temporária da coordenadora da Frente, Dep. Fernanda Melchionna
- PLP 104/2022, pelo limite dos juros no Brasil, ainda sem relator.

**4 - CAMPANHA PELA BAIXA DA
DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL
COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ
PAGA**

Sociedade Gaúcha segue mobilizada A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO ESTÁ PAGA!

#EstaContaEstáPaga

**Quem está tomando
o que é nosso?**



é o que a gente chama de
contratos incompletos

Pricilla Maria Santana
Secretária de Estado da
Fazenda do RS



https://www.instagram.com/p/C_wfEYuORs/?img_index=5

https://www.instagram.com/p/D_DXYQEyu-yw/

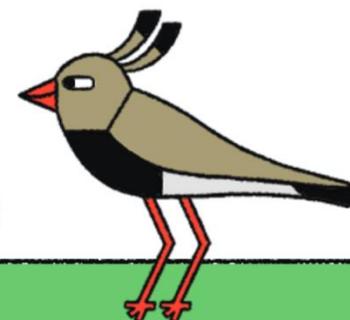


ESTA CONTA ESTÁ PAGA!

Sobre Na mídia Artigos



**VOCÊ PAGARIA A MESMA
CONTA VÁRIAS VEZES?**



<https://acontaestapaga.com.br>

ESTRATÉGIAS PARA AVANÇAR A CAMPANHA NACIONALMENTE

- FOLHETO PRODUZIDO PELA ACD

**CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL
PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RS COM A UNIÃO
PORQUE ESSA CONTA ESTÁ PAGA**

A "DÍVIDA" DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REFINANCIADA
PELA UNIÃO DESDE 1998 JÁ FOI PAGA QUASE 3 VEZES
MAS SEU ESTOQUE SE MULTIPLICOU POR QUASE 9 VEZES!

 **ESTA CONTA ESTÁ PAGA!** Sobre Na mídia Artigo



**VOCÊ PAGARIA A MESMA
CONTA VÁRIAS VEZES?**

<https://acontaestapaga.com.br>

Estoque inicial da "dívida" do Rio Grande do Sul refinanciada pela União em 1998
R\$ 10,34 bilhões
(dos quais R\$ 2,556 bilhões eram referentes a passivos do Banrisul, ou seja, sequer era "dívida pública")

Pagamentos (1998 a 2023)
R\$ 28,09 BILHÕES

Estoque da dívida em 2023
R\$ 92,87 BILHÕES

O Sistema da Dívida no RS: necessidade de AUDITORIA e BAIXA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-folheto-campanha-nacional-pela-auditoria-e-baixa-da-divida-do-rio-grande-do-sul-com-a-uniao/>

AVANÇOS DA CAMPANHA

- Participação no importante seminário realizado na Assembleia Legislativa do rio Grande do Sul <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-sistema-da-divida-no-rio-grande-do-sul-e-a-necessidade-de-auditoria-alrs-07-08-2024/>
- Publicação de folheto pela ACD
- Menção da campanha “PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA” em diversas oportunidades
- Atualização constante do site pela União Gaúcha e demais entidades da Campanha “A conta está paga”, lançada desde 2022 e relançada recentemente na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul <https://youtu.be/ssLdQJb1ESs>

5- NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Os textos das 16 aulas estão praticamente prontos e as gravações estão programadas para o início de 2025. Registramos o agradecimento pela sinalização de apoio financeiro do Sindipetro LP para custear a gravação, que posteriormente terá direito a 15 vagas para seus dirigentes. Reforçamos o pedido de apoio para viabilizar demais custos do curso.
- Deliberação sobre proposta de valor de contribuição a ser solicitada, mantendo as condições já praticadas para estudantes e casos especiais

6 - NÚCLEOS DA ACD

NÚCLEOS DA ACD

- Informações sobre as diversas iniciativas, por exemplo: Frente Parlamentar em São Paulo; Núcleo de Estudos para a Promoção da Auditoria da Dívida (NEPAD) em Minas Gerais.

Núcleo da **ACD-SP** articula criação de Frente Parlamentar sobre **dívida paulista**



Frente Parlamentar

FRENTE PARLAMENTAR PELA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA

Solicito, nos termos da Resolução nº 870, de 08 de abril de 2011 e nº 874, de 13 de junho de 2011, a criação da Frente Parlamentar pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Esta Frente Parlamentar terá por objetivo fomentar, defender, debater e aprimorar a discussão sobre a importância da auditoria da Dívida Pública, o endividamento do Estado, seus contratos lesivos e a prática ilegal de emissão de títulos da dívida, que subtrai verbas do orçamento público gerando mais dívidas.

Sindifisco-MG e AFFEMG criam núcleo para **Auditoria da Dívida** de Minas Gerais



Seminário na ALRS

“A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO EM DEBATE: ESTA CONTA ESTÁ PAGA!”

Seminário sobre dívida do RS terá transmissão ao vivo



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/seminario-sobre-divida-do-rs-tera-transmissao-ao-vivo/>

“Essa dívida foi constituída, formalizada e formatada politicamente para que ela seja **uma dívida eterna**”, afirma Casarotto



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Auditor do TCE e membro da ACD denuncia **sistema da dívida** no RS



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

“Nós não temos dívida pública, nós temos um **Sistema da Dívida**”, afirma Fattorelli



SEMINÁRIO: A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO EM DEBATE: ESTA CONTA ESTÁ PAGA! 07/08/2024

Assembleia Legislativa - RS

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

7 - PRIVATIZAÇÃO DO IBGE

- **Participação especial de Gisella Colares**, do IBGE e voluntária da ACD sobre a criação do IBGE+ e suas consequências.

ASSIBGE: o ataque feito ao IBGE poderá se alastrar para todo o serviço público



<https://auditoriacidada.org.br/contento/assibge-o-ataque-feito-ao-ibge-podera-se-alastrar-para-todo-o-servico-publico/>



<https://auditoriacidada.org.br/contento/setibge-faz-campanha-para-transformar-ibge-em-orgao-de-estado/>



<https://auditoriacidada.org.br/contento/presidente-do-ibge-critica-gastos-com-os-juros-da-divida-publica-mas-coloca-o-orgao-no-caminho-da-privatizacao/>

8 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>.

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO